UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

VALESSA GISLANNE LINARD LOPES

**O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO ATENDIMENTO AS MULHERES
PARTICIPANTES DO PROJETO CEGONHA EM JUAZEIRO DO NORTE-CE**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2023
VALESSA GISLANNE LINARD LOPES

**O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO ATENDIMENTO AS MULHERES
PARTICIPANTES DO PROJETO CEGONHA EM JUAZEIRO DO NORTE-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social do Centro Universitário
Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, como
requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Jamille de
Lima Vieira

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO ATENDIMENTO AS MULHERES PARTICIPANTES DO PROJETO CEGONHA EM JUAZEIRO DO NORTE-CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Jamille de Lima Vieira

Data de aprovação: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.: Me. Jamille de Lima Vieira

Orientadora

Profa.:
Cecília Bezerra Leite

Profa.:
Marcia Sousa Figueiredo

DEDICATÓRIA

Dedico esse Trabalho de Conclusão de Curso primeiro a Deus, pois sem ele nada seria possível, e a minha mãe Vaneide Linard, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e me incentivando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso, sem ele nada seria possível, sendo a base tudo. Sou imensamente grata a minha família que sempre esteve ao meu lado, oferecendo encorajamento e compreensão nos momentos desafiadores.

Agradeço aos meus pais Vaneide e Gildo, por todo apoio e incentivo. Em especial a minha, mulher forte, minha fonte de inspiração, este trabalho não seria possível sem o alicerce sólido que você construiu para mim. Ao meu filho Max, que é a minha motivação diária. Agradeço também ao meu esposo, Francisco Filho, por me acompanhar e me incentivar durante esse percurso.

Expresso minha gratidão à professora Jamille Vieira de Lima, preceptora de estágio supervisionado I e II e orientadora do meu trabalho de conclusão de curso. Na qual tenho enorme respeito e admiração pela profissional exemplar que você é. Obrigada por todos os ensinamentos e por todas as caronas.

Aos meus colegas de cursos, agradeço por todos momentos compartilhados. Aos meus professores, Jacsa Vieira, Maridiana Dantas, Jamile Vieira, Marcia Figueiredo, Cecília Bezerra, Pautilia Ferraz, Sheyla Dias, Pedro Adjedan, Cícero Reginaldo e Aldair Péricles, gratidão por cada ensinamento.

EPÍGRAFE

“(…) Dar à luz é se doar
é caminhar lado a lado,
é a missão de cuidar,
de amar e ser amado,
é ser grato por um dia
também ter sido cuidado.
É conhecer o amor
maior que se pode amar,
é a escola da vida
que insiste em ensinar
que pra dar à luz um filho
não é preciso gerar.
É entender que o sangue
nesse caso é indiferente.
Duvido o DNA
dizer o que a gente sente.
É gerar alguém na alma
e não biologicamente.
Pois não tem biologia
nem lógica pra explicar,
amor de pai e de mãe
não se resume em gerar,
quem gera nem sempre cuida,
mas quem ama vai cuidar...
Vai cuidar independente
da cor que a pele tem,
da genética, do sangue,
o amor vai mais além.
O amor tem tanto brilho
que quem adota um filho
é adotado também.”

Bráulio Bessa, Poesia que transforma.

RESUMO

Este estudo concentra-se na análise do trabalho interdisciplinar no âmbito do Projeto Cegonha, um programa destinado a garantia de direitos das mulheres que desejam entregar seus filhos. O objetivo central da pesquisa é compreender a contribuição da abordagem interdisciplinar para a eficácia do referido projeto, examinando a colaboração entre profissionais de distintas áreas, tais como saúde, psicologia e assistência social. A metodologia adotada inclui entrevistas realizadas com profissionais envolvidos no Projeto Cegonha, com o propósito de capturar suas percepções e experiências referentes à prática interdisciplinar. Os resultados dessas entrevistas são minuciosamente analisados na seção dedicada, revelando desafios enfrentados e identificando potencialidades na implementação do trabalho interdisciplinar. O Projeto Cegonha mostra-se eficaz, na promoção dos direitos das mulheres e das crianças e na criação de condições que propiciem um ambiente favorável ao desenvolvimento saudável da população atendida.

Palavras - Chave: Interdisciplinar. Projeto Cegonha. Profissionais.

ABSTRACT

This study focuses on the analysis of interdisciplinary words in the context of the Stork Project, a program designed to guarantee the rights of women who wish to give up their children. The main aim of the research is to understand the contribution of the interdisciplinary approach to the effectiveness of this project, examining the collaboration between professionals from different areas, such as health, psychology, and social assistance. The methodology adopted includes interviews with professionals involved in the Stork Project, in order to capture their perceptions and experiences of interdisciplinary practice. interdisciplinary practice. The results of these interviews are analyzed in the dedicated section, revealing challenges faced and identifying potential in the implementation of interdisciplinary work. The Project is proving to be effective in promoting the rights of women and rights of women and children, and in creating conditions that provide a favorable environment for the healthy development of the population served.

Keywords: Interdisciplinary. Stork Project. Professionals.

LISTA DE SIGLAS

CAPS- Centro de Apoio Psicossocial

CF- Constituição Federal

CNA- Cadastro Nacional de Adoção

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Referência Especializado da Assistência Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

ONU- Organização das Nações Unidas

PDCE- Defensoria Pública do Estado do Ceará

PDF- Destituição do Poder Familiar

SGCDA- Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

SNA- Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

TBDH- Teoria Biotecnológica do Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DIREITOS DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO ..	13
1.1 A ENTREGA VOLUNTÁRIA DE CRIANÇAS NO BRASIL ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.	13
1.2 A CRIANÇA EM UM NOVO CENÁRIO DE DIREITOS.....	18
2 DIREITOS, ÉTICA E ENTREGA VOLUNTÁRIA	23
2.1. DIREITO	23
2.2 ASPECTOS ÉTICOS DOS PROFISSIONAIS VINCULADOS A ENTREGA VOLUNTÁRIA.	28
3 RESULTADO DA PESQUISA	33
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO.....	33
3.2 PROJETO CEGONHA	34
3.3 PESQUISA ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS SOBRE O TRABALHO INTERDISCIPLINAR DO PROJETO CEGONHA.	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45

INTRODUÇÃO

A promulgação da Constituição de 1988 marcou uma transformação significativa no arcabouço jurídico brasileiro, especialmente no que se refere aos direitos da criança, do adolescente e do jovem. Esse marco inaugurou a Doutrina da Proteção Integral, que redefiniu a perspectiva desses grupos como sujeitos de direito, conferindo-lhes prioridade absoluta. Além disso, essa doutrina delineou a responsabilidade compartilhada pelo cuidado da vida, saúde e educação, distribuindo-a entre a família, a sociedade e o Estado.

Por meio da Lei nº 13.257, sancionada em 8 de março de 2016 e conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, ocorreram modificações substanciais no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essas alterações reconfiguraram as condições para mães ou genitoras que desejam doar seus filhos, permitindo que fossem encaminhadas à Vara da Infância e Juventude de maneira respeitosa, sem opressão, e recebessem apoio psicológico para auxiliar e orientar essas mulheres. O intuito da lei era estabelecer políticas públicas direcionadas para a preservação e promoção do bem-estar da primeira infância.

A Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE), em Juazeiro do Norte, em colaboração com a Vara da Infância e da Juventude, lançou o projeto Cegonha – Mãe Ciente, Adoção Eficiente. Este projeto tem como propósito oferecer apoio psicossocial e jurídico às gestantes até o nascimento do bebê.

O projeto cegonha foi instituído com o de propósito é prevenir situações de abandono de bebês recém-nascidos, oferecer apoio às mães que, muitas vezes, são abandonadas pelo parceiro, pela família e pela sociedade. Este estudo visa analisar a abordagem interdisciplinar no apoio às mulheres envolvidas no Projeto Cegonha, assim como compreender a legislação relacionada aos direitos das mulheres que manifestam intenção de entregar seus filhos, e também os direitos das crianças.

A relevância deste trabalho reside não apenas na contribuição para a literatura acadêmica sobre trabalho interdisciplinar, mas também na possibilidade de oferecer insights práticos para aperfeiçoar as práticas de atendimento a mulheres gestantes e puérperas.

Ao compreendermos mais profundamente a dinâmica dessa colaboração no âmbito do Projeto Cegonha, poderemos não apenas aprimorar as políticas públicas voltadas para a saúde materna, mas também fortalecer a conexão entre as distintas

disciplinas envolvidas, visando proporcionar um suporte integral e personalizado às mulheres nesse período tão significativo de suas vidas.

A pesquisa será dividida em três capítulos temáticos. O primeiro capítulo, aborda o direito das crianças no seu contexto sócio histórico brasileiro na qual passaram por transformações significativas ao longo dos anos. Anteriormente, o olhar sobre os direitos infantis estava envolto em visões conservadoras, pouco reconhecimento dos direitos individuais das crianças. Elas eram, muitas vezes, consideradas como propriedade dos pais ou tuteladas por instituições religiosas ou governamentais, sem voz ou autonomia.

No tópico 1.1, é relatado a entrega voluntária de crianças enquanto expressão da questão social, em seguida o tópico 1.2 que vem contextualizando a criança em um novo cenário de direitos, na qual este novo panorama destaca a evolução da sociedade na valorização da infância e na promoção de um ambiente propício para o florescimento saudável e integral das crianças.

O segundo capítulo deste trabalho discorre sobre direitos, ética e entrega voluntária. A interseção entre direitos, ética e entrega voluntária exige uma abordagem cuidadosa e compassiva, buscando equilibrar a proteção dos direitos individuais com as necessidades e realidades das famílias envolvidas.

O tópico 2.1 contextualiza o direito, será realizada uma avaliação das mudanças legislativas no conteúdo do estatuto, concentrar-se-á especialmente no instituto da entrega voluntária de crianças para adoção, explorando seus conceitos e aplicação do artigo 19-A do ECA, o tópico 2,2 apresenta os aspectos éticos dos profissionais vinculados a entrega voluntária, os profissionais devem considerar não apenas as leis e regulamentos, mas também os princípios éticos fundamentais, como o respeito à autonomia, a confidencialidade.

O terceiro capítulo aborda o percurso metodológico. O tópico 3.1 compreende a estruturação do trabalho, desde a definição do problema até a escolha dos instrumentos de coleta de dados e a aplicação dos procedimentos necessários para alcançar os objetivos propostos. Este percurso envolve a seleção cuidadosa de métodos, técnicas e ferramentas para investigar um tema.

Consequente o tópico 3.2 contextualiza o projeto cegonha, o qual oferece apoio e garantia de direitos para mulheres que desejam entregar seu filho. Por tanto para finalizar o tópico 3.3, vem relatando uma entrevista com os profissionais sobre o trabalho interdisciplinar do projeto cegonha, para sobre as demandas e atuação dos mesmos. Essa investigação não apenas enriquecerá o debate acadêmico sobre práticas interdisciplinares,

mas também proporcionará subsídios práticos para aprimorar o cuidado oferecido pelo Projeto Cegonha.

1 DIREITOS DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

1.1 A ENTREGA VOLUNTÁRIA DE CRIANÇAS NO BRASIL ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.

A questão social originou-se na terceira década do século XIX, na Europa Ocidental. É a manifestação da contradição entre o proletariado e a burguesia. Contradições relativas à distribuição e produção da riqueza gerada socialmente, na qual o proletariado cria a riqueza e a burguesia se apropriam dela.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Carvalho; Yamamoto, 1983, p.77).

Como dito anteriormente, a questão social é resultante do capitalismo. À medida que a classe trabalhadora toma consciência das condições de exploração e subalternização, tomando consciência dessa subalternização, começam a exigir a atuação do estado e do empresariado de forma diferente, que vai além da opressão e da caridade. Momento no qual emerge a questão social no Brasil, passando a ser problematizada pelos movimentos sociais, a fim de que a questão social fosse uma questão do estado.

Atualmente, a questão social se agrava no Brasil, a expansão das desigualdades sociais. O capital amplia as disparidades sociais, incidindo reduzir ou eliminar a intervenção social do estado em diversos campos e atividades. Por meio de políticas sociais, o estado busca maneira para intervir nas desigualdades criadas pelo capitalismo: fome, analfabetismo, violência, desemprego. O desemprego é um dos mais graves, com uma taxa crescente, indica a agravamento de questões sociais, relacionadas o bem-estar social.

O declínio no emprego, o aumento da desigualdade de renda e o agravamento da pobreza têm contribuído para intensificar as disparidades nos estratos socioeconômicos, de gênero e entre áreas urbanas e rurais. Além disso, houve uma queda nos níveis

educacionais dos jovens. Este cenário tem resultado em um aumento significativo na diferença de renda entre as 40% famílias mais pobres e as 10% famílias mais ricas, conforme destacado por Iamamoto (2012)

O Serviço Social como profissão está ligado ao surgimento da questão social, especialmente no que se diz respeito à sua implementação assistencialista, mediando conflitos, que afetam a humanidade numa totalidade de processo histórico. O assistente social atua na mediação de conflitos, no entendimento das mais diversas expressões da questão social. Trabalho especializado na sociedade, a partir da inserção da política pública na nova divisão do trabalho social.

De acordo com Iamamoto (2000), a questão social é matéria prima do Serviço Social, servindo às atividades profissionais, operando por meio de políticas públicas. Para os assistentes sociais, antes de intervir e lidar com uma determinada situação, precisam de compreender a dinâmica que aí está em jogo, a fim de encontrar uma solução abrangente. Este é um processo intensivo, pois precisa ser desenvolvido, analisado e monitorado.

Um dos maiores desafios que os assistentes sociais enfrentam atualmente é aprender a compreender a realidade e criar soluções inovadoras para proteger e implementar direitos a partir das demandas do cotidiano. Enfrentar estes desafios requer competências de resolução de problemas, empatia, resiliência e um compromisso sustentado na promoção de bem-estar social e da justiça social. Os assistentes sociais desempenham um papel importante na melhoria da vida das pessoas vulneráveis e o seu trabalho é fundamental para resolver os problemas sociais da nossa sociedade.

Outra expressão da questão social é a entrega de bebês. As desigualdades sociais, tais como o acesso limitado aos recursos econômicos, à educação e aos cuidados de saúde, podem afetar a saúde materna e infantil durante a gravidez, levando as mesmas a entrega seu filho, costume que existe há muito tempo.

Abandonar bebês é um fenômeno de todos os tempos pelo menos no Ocidente. Variaram apenas, no tempo, as motivações, as circunstâncias, as causas, as intensidades, as atitudes em face do fato amplamente praticado e aceito. Há variadas evidências da extensão do fenômeno em praticamente todas as grandes civilizações da Antiguidade. No Código babilônico de Hamurábi, no II milênio a.C. aparece a primeira regulamentação escrita sobre o abandono de crianças: 'Se um homem tomou uma criança para adotar com o seu próprio nome e a educou, esse filho adotivo não pode ser reclamado'. Na tradição judaica, dois exemplos fortes e centrais de abandono de bebês são de todos conhecidos e

aparecem nas escrituras do Antigo Testamento. O primeiro é o de Ismael, filho de Abraão e de sua escrava Hagar. Sara, quando se casou com Abraão, exigiu que ele expulsasse Hagar e seu filho para o deserto. Sem água e sem ter o que comer no deserto ela deixou o menino debaixo de um arbusto e foi sentar-se perto dali, à distância de um tiro de flecha, porque pensou: "Não posso ver o menino morrer". Sentada ali perto, começou a chorar. Deus ouviu o choro do menino, e o anjo de Deus, do céu, chamou Hagar e lhe disse: "O que a aflige, Hagar? Não tenha medo; Deus ouviu o menino chorar, lá onde você o deixou. Levante o menino e tome-o pela mão, porque dele farei um grande povo" (Bíblia, 2014).

A entrega de recém-nascidos e crianças, é uma circunstância em todos os tempos da sociedade histórica, o mais conhecido é o "Moisés". De acordo com o Livro Êxodo do Antigo Testamento: O Faraó do Egito, temendo o aumento da população hebraica, ordenou que todas as crianças hebreias do sexo masculino fossem jogadas no rio Nilo e destruídas. A mãe de Moisés, Joquebede, e a irmã Miriam, não queriam que Moisés fosse morto, então decidiram tomar medidas para protegê-lo.

Houve a invasão dos bárbaros, o advento da Idade Média com o colapso do mundo romano, e por toda parte a pobreza tornou-se a justificativa para os enjeitados e o abandono dos recém-nascidos. O abandono foi realizado pelos pobres e pelos ricos. Era várias as causas: crianças deformadas enjeitavam-se ou afogavam-se. Os pobres porque têm poucos meios para criar os seus filhos e esperam que os seus patronos os recebam bem, e os ricos porque suspeitam das suas esposas ou já decidiram sobre os seus herdeiros.

O poder do pai sobre os filhos era absoluto na Grécia. Era-lhe permitido matar, vender ou expor os filhos recém-nascidos. A deformidade da criança ou a pobreza da família bastavam para que a justiça doméstica decretasse sua morte ou seu abandono. O aborto era legítimo e o infanticídio admitido. Muitas vezes, ao abandonar um filho, os pais deixavam-lhe sinais para futuras identificações, no caso de terem a intenção de reaver a criança. Pedacos de madeiras ou metades de moeda, para tanto partidas, por exemplo, eram deixados junto com o bebê na hora de abandoná-lo. Mais tarde, podiam-se juntar as duas partes, comprovando a identificação dos pais. Essa prática seria preservada na Europa até fins do século XIX e transposta para o Brasil tradicional (Marcílio, 2011).

As instituições de proteção de crianças abandonadas no Brasil surgiram no século XVIII com influência da metrópole portuguesa. A Santa Casa de Misericórdia de Lisboa abrigou a primeira Roda e Casa dos Expostos de Portugal. Devido a isso, criaram duas instituições na capital lusa: o Hospital de Todos os Santos e a Santa Casa. Essas

instituições funcionaram até 1595, quando a assistência foi unificada apenas na Misericórdia. No período colonial do Brasil, apenas três Rodas de Expostos de Santas Casas foram autorizadas a ser abertas: a de Salvador (Bahia), a do Rio de Janeiro e a do Recife.

Conforme Mendonça (2019), estas estruturas de acolhimento de crianças funcionaram até meados do século XIX e são consideradas as primeiras instalações a prestar assistência a crianças abandonadas. Essas instituições foram dissolvidas em 1950. Mais precisamente, deveu-se à difusão de uma nova “ideologia” relacionada com a higiene e a medicina, na qual os médicos atribuíram inúmeras mortes e falta de financiamento.

As crianças depois de recolhidas recebem as mais distintas finalidades, dependendo do sistema aplicado em cada local. A finalidade mais comum era as amas que as amamentavam. Mais tarde era responsabilidade, daquele que cogitar a cria-la. A escolha de amas e cuidadores de enjeitados e instalações para completar este sistema de apoio à criança, era uma pratica comum e foi confiada a irmandade através um pagamento de uma quota anual.

Os acolhidos eram mantidos sob os cuidados da Misericórdia até os 7 anos, os meninos eram colocados no seminário de Santana e as meninas na da Glória. De acordo com Priore (2000), alguns abandonados conseguiram sobreviver à primeira infância, independentemente de sua qualidade. Os administradores de hospitais sempre se preocuparam em encontrar um destino para essas crianças, então não é surpresa que as instituições que treinam futuros marinheiros tenham sido bem recebidas nos países que ajudavam os enjeitados.

Permaneciam lá até que trabalhassem ou casassem os rapazes. Quando eles atingiam aquela idade, era solicitado ao presidente da Província sua aceitação nos Seminários; no entanto, por falta de vagas, isso nem sempre era feito. Para serem úteis a si mesmos e à nação, os adolescentes institucionalizados devem participar de programas de capacitação profissional. Isso levou ao surgimento de estabelecimentos que realizavam atividades artesanais ou agrícolas.

Além disso, costumavam a ser entregues aos seus primeiros criadores ou a qualquer pessoa que se propusesse a ensiná-los, ensinar um ofício ou, no caso das mulheres, "dar-lhes estado". Não era incomum que pais ou mães, estas mais comuns, reclamassem de suas crianças por situações variadas.

De acordo com Marcílio (2010), a possibilidade de os expostos se incorporarem às famílias como filhos adotivos, em vez de criados. O direito de herança dos filhos legítimos foi protegido por leis de adoção muito cautelosas e restritivas no início. Por exemplo, a França aprovou sua primeira lei de adoção em 1904, que exigia que os adotantes tivessem mais de 50 anos e não tivessem filhos. Ao longo das primeiras décadas da adoção legal desse modelo, vários países, incluindo o Brasil, o copiaram.

As últimas rodas dos expostos em Salvador e São Paulo foram fechadas, resultando no surgimento do movimento filantrópico. Esse movimento emergiu como uma forma assistencial fundamentada na ciência, destinada a substituir o antigo modelo de caridade. A filantropia assumiu a responsabilidade de organizar a assistência, alinhando-se com as novas demandas sociais, políticas, econômicas e morais que surgiram no início do século XX no Brasil (Marcílio, 1997).

Como ressaltado a cima, a filantropia não é a mesma coisa que os compromissos de responsabilidade social, pois a filantropia é uma ação social praticada de forma independente ou sistemática, envolvem ações proativas, incorporadas e integradas no planejamento estratégico como a cultura da organização.

A filantropia surge para dar continuidade à obra de caridade, segundo Rizzini (1990), a assistência agora se refere à reintegração social dos desajustados, que antes eram os clientes incessantes da caridade. A caridade reagirá à tendência crescente de assistência filantrópica, acusando as instituições de se distanciarem da "palavra cristã".

O Código de Menores, que foi o primeiro regulamento específico para proteger crianças e adolescentes, foi o primeiro a tomar o controle sobre os menores abandonados. Mais de cinquenta anos depois, o Código de Menores seria revisado novamente, conforme afirmam Souza e Caleiro (2012).

As leis ganharam outra versão em 1979, com o novo Código de Menores, que, entre outras coisas, determinava que o Poder Público criasse instituições de assistência e proteção ao menor. Nas duas versões podemos reconhecer o estabelecimento de dois tipos de infância. Uma incluída na cobertura das políticas sociais básicas que seria formada por crianças controladas e socializadas pela família e pela escola. A outra, marcada pelo binômio pobreza-crime, excluída das famílias e das políticas sociais, constituiria o contingente dos "menores", alvo de um controle sócio penal ancorado nos princípios da doutrina da situação irregular.

Por tanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi aprovado em 1990, garantindo os direitos de todas as crianças. O ECA também estabeleceu que o país prioriza

as crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente foi bem recebido pelas entidades e por todos os envolvidos na proteção da infância. De acordo com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e com a nova Constituição do Brasil (1988), o Estatuto manteve-se fiel.

1.2 A CRIANÇA EM UM NOVO CENÁRIO DE DIREITOS

Nos 1800 e 1900 as crianças nascidas em famílias pobres ou com dificuldades de criação tinham um destino quase certo quando solicitavam assistência do Estado: eram enviadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas. Vale ressaltar as palavras de Pilotti e Rizzini (1995).

Verifica-se que não existem, no país, estatísticas que dimensionem o número de crianças e adolescentes institucionalizados. No entanto, sabemos que várias gerações de crianças passaram suas infâncias e adolescência internadas em grandes instituições fechadas. Estas eram, até o final da década de 1980, denominadas de “internatos de menores” ou “orfanatos” e funcionavam nos moldes de asilos, embora as crianças, em sua quase totalidade, tivessem famílias. Isto ocorreu a despeito do fato de que, desde os idos de 1900, a internação de crianças aparece principalmente na literatura jurídica como o “último recurso “a ser adotado. Por isso, consideramos que se instituiu no Brasil uma verdadeira “cultura da institucionalização”.

As primeiras instituições de educação de órfãos e órfãs foram fundadas no século XVIII por religiosos (irmandades, ordens e iniciativas pessoais de membros do clero) em várias cidades do Brasil. O modelo da vida religiosa e do claustro foi usado para moldar o regime de funcionamento das instituições. Os colégios para meninos órfãos e os recolhimentos femininos tinham práticas religiosas e pouco contato com o mundo exterior, sendo a clausura imposta com mais rigor no segundo.

De acordo com Schueler (2001), durante o século XIX, conhecido como "século das luzes", quando os programas educacionais do Ocidente foram moldados por progresso e civilização devido ao ideário da Revolução Francesa, os asilos para crianças pobres passaram por mudanças graduais em direção à secularização da educação. O Brasil tem uma cultura que valoriza a educação de terceiros. Cultura na qual institucionaliza as crianças e abrange os planejadores e grupos de crianças que saem da cidade.

Após sua independência de Portugal, o Brasil começou lentamente a implementar a educação pública. Criou escolas públicas primárias para proteger a

infância e a comunidade, bem como internatos para a formação profissional de jovens pobres. Após o ato adicional de 1834 (Lei n.16 de 12/8/1834), que estabeleceu que as províncias brasileiras seriam responsáveis pela instrução primária, os governos do reinado de D. Pedro II começaram a construir escolas e institutos para os jovens e crianças das classes populares, conhecidos como "filhos do povo".

O principal método de assistência à infância no país foi a transferência de crianças para instituições de reclusão. Os filhos dos ricos não usavam mais o modelo de internato após a segunda metade do século XX, a ponto de não existir no Brasil por vários anos.

O setor assistencial precisava de métodos inovadores para atender às demandas da nova realidade nacional de transição democrática, e um número cada vez maior de pessoas exigia uma política assistencial mais rápida e eficaz. Desde então, houve uma discussão mais intensa sobre como construir uma política pública de assistência social incorporando os direitos sociais na Constituição Federal. Particularmente o direito à seguridade social, bem como a garantia de assistência, saúde e previdência social.

Uma proposta de Lei Orgânica e Política de Assistência Social em benefício das pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão foi desenvolvida a partir da luta de vários grupos e movimentos sociais, incluindo sindicatos, partidos políticos, intelectuais, profissionais liberais, seções da igreja, organizações públicas e privadas, entre outros.

Assim, “a assistência social no Brasil, a partir da Constituição de 1988, é incluída no âmbito da Seguridade Social, regulamentada pela LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) e passa a ter status de política de Estado” (Machado, 2008, p. 34).

A partir dessa ideia, a assistência social é definida como um tipo de política social em duas formas: restritiva, que atende a grupos de pessoas em situação de pobreza extrema; e ampla, que se integra às demais políticas sociais, ajudando a levar essas políticas aos mais necessitados e, assim, modernizando a assistência social.

A Constituição Federal de 1988 serve como base legal para entender as mudanças e redefinições do perfil da assistência social no país. Devido ao seu foco na proteção dos direitos e liberdades individuais, também é chamada de "Constituição Cidadã"., sendo explicitado em seu Art. 194:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único - Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I – Universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade E equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
IV - Irredutibilidade do valor dos benefícios;
V - Equidade na forma de participação no custeio;
VI - Diversidade da base de financiamento;
VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (Brasil, 1988).

No capítulo da seguridade social da Constituição Federal de 1988, há uma seção dedicada à assistência social. Isso foi feito no artigo 203, especificando os 35 destinatários desta categoria de serviços sociais. Além disso, o artigo 204 especifica as diretrizes a serem seguidas na política de assistência social, bem como a fonte principal dos recursos necessários para financiar essas ações.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social.
II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (Brasil, 1988).

Segundo Barbosa (1991), a colocação do apoio social entre os direitos sociais de cidadania refere-se ao “apoio adequado e à obrigação do Estado de fornecê-lo”. Uma abordagem inversa anteriormente implementada nesta área onde são prestados serviços e apoio. A ajuda é dada à maneira do Pai, como presentes ou favores. Ocasionalmente e sem muita preocupação com a qualidade, a disponibilidade de recursos e interesses políticos daqueles que estão no poder, ou exercer controle social sobre grupos pobres e marginalizados.

Em 05 de outubro de 1988, a Constituição Federal foi promulgada, incluindo o artigo 227, que protege a criança e ao adolescente de direitos fundamentais e estabelece que as famílias a obrigação legal e concorrente da sociedade e do Estado de garanti-los.

Dispõe o artigo 227, caput da CF:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Os principais impulsionadores da mobilização nacional foram a desconstrução do regime autoritário e a reconstrução da democracia. A "Constituição Cidadã", promulgada em 1988, forneceu o forte arcabouço institucional necessário para várias mudanças na sociedade brasileira, como em suas relações com a infância e adolescência e com a educação nacional.

Segundo Marcílio (1997), a Comissão Nacional da Criança e Constituinte foi criada por portaria interministerial depois que muitos membros da sociedade civil se uniram. Atualmente, foram estabelecidos Fóruns de Defesa da Criança e do Adolescente por todo o país. A partir de sua promulgação, outras leis foram promulgadas para garantir os direitos dos cidadãos, principalmente o direito à educação.

Inserir-se nessas leis o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), que revogou o Código de Menores de 1979 e concedeu aos menores mais prerrogativas. O antigo Código de Menores era uma lei que tinha ideias de um período autoritário e claramente desrespeitava crianças e adolescentes como cidadãos. Lei atualizada revela geração de ideias, um movimento ousado para quebrar a tradição de violência a crianças e jovens.

Um importante avanço alcançado com o Estatuto da Criança e do adolescente é a previsão de que a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente se realize através de um “conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (Brasil, 1990).

Como foi ressaltado anteriormente, é criado o sistema conhecido como Rede de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente. Vários programas e ações governamentais e não governamentais definirão quais são essas garantias e quais são as providências necessárias para construir o sistema. Os Conselhos Federal, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como o Conselho Tutelar, Ministério Público e Justiça da Infância e Juventude são responsáveis por estabelecer esse sistema.

Ainda assim, embora o Eca tenha feito algumas inovações, ele não conseguiu corresponder à realidade porque a prática de adoção no Brasil persistia e persiste até hoje. A questão da adoção a brasileira é de âmbito nacional, e as causas dessa extensão devem ser entendidas tendo em conta suas particularidades.

A "adoção à brasileira" é um termo que se refere a um processo de adoção ilegal e não regulamentado que ocorre no Brasil e em várias outras nações. Esse termo é usado quando uma criança é entregue a outra família sem passar pelos processos legais de adoção estabelecidos pelo sistema judicial e pelas autoridades competentes.

De acordo com a revista eletrônica do Senado Federal (Discussão) uma pesquisa sobre a realidade da adoção no Brasil, a desinformação é um fator que ajuda a manter as atividades ilegais em andamento.

O processo de adoção no Brasil envolve regras básicas, ainda desconhecidas da maioria. Um dos pré-requisitos ao interessado, com idade igual ou superior a 18 anos, é encaminhar-se a uma vara da Infância e Juventude e preencher um cadastro com informações e documentos pessoais, antecedentes criminais e judiciais. Em uma pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em 2008, apenas 35% afirmaram que, caso desejassem adotar, buscariam uma criança por intermédio dessas varas, enquanto 66,1% recorreriam aos hospitais, maternidades ou abrigos.

A prática contínua de adoção ilegal é influenciada por uma variedade de fatores complexos e variados, que vão desde práticas culturais arraigadas até desigualdade social e pobreza. Com finalidades também lucrativas, como a exploração sexual e a exploração do trabalho infantil, mostram a quão perigosa pode ser a adoção ilegal. É importante lembrar que "pegar filho de outrem para criar", ou trabalhar no plantio ou prestar serviços domésticos, era uma prática comum desde a colonização do Brasil.

Artigo 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa;

Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa (Brasil, 2014).

O direito do jovem, garantido pelo artigo 48 do ECA, de saber a sua origem genética e a sua filiação é violado com a adoção à brasileira após a idade de 18 anos. Além disso, de acordo com o artigo 27 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito ao reconhecimento da origem genética é individual, indisponível e imprescritível. Quando o jovem, é adotado, é possível que ele não tenha conhecimento de sua condição de

"adotado", o que significa que ele perderia a oportunidade de reivindicar seu direito à informação sobre sua origem.

A adoção pode ser feita com intenção nobre, como afirma o parágrafo único desse mesmo artigo, mesmo que seja uma infração à lei, tratada como crime no caput do art. 242 do Código Penal brasileiro.

Art. 242 - Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil:

Pena - reclusão, de dois a seis anos”.

Parágrafo único: Se o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza:

Pena - detenção, de um a dois anos, podendo o juiz deixar de aplicar a pena (Brasil, 1940).

Como ressaltado no artigo acima, é permitido que a pessoa que fez a adoção a brasileira receba o perdão judicial, extinção da punibilidade por perdão judicial quando o crime foi cometido por motivo reconhecido de nobreza. A nobreza aqui pode ser o amor daquela que adota um filho de outrem como se fosse seu.

A criminalização da adoção a brasileira é um meio pelo qual o Estado cumpre sua obrigação de proteger a família, protegendo crianças e adolescentes, pois eles são essenciais para a sobrevivência da sociedade. A prática da adoção é uma contradição na garantia dos direitos dos adolescentes e das crianças.

2 DIREITOS, ÉTICA E ENTREGA VOLUNTÁRIA

2.1. DIREITO

O Estatuto da Criança e do Adolescente, foi promulgado em 1990. Esta legislação substitui a função corretiva e repressiva das ações socioeducativas por uma concepção de proteção completa para crianças e adolescentes. Inspirada na Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Nações Unidas (ONU) e na Declaração Universal dos Direitos da Criança a primeira legislação latino-americana com uma filosofia de proteção integral.

O ECA, passou por mudanças legislativas e sociais relacionadas à adoção ao longo dos anos. As mudanças mais recentes incluem a Lei no 13.509, de 22 de novembro de 2017, a chamada “Lei de Adoção”, que regulou a entrega voluntária de filhos pelos genitores por meio do poder judiciário. Segundo Brito (2021), a Lei Nacional de Adoção, permite que as mães podem voluntariamente oferecer suas crianças para adoção. A mãe

ou a grávida é enviada à autoridade judiciária competente por um profissional de saúde ou paramédico de uma unidade de assistência social sob pena de multa.

Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº13.509, de 2017)

§ 1º - A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 2º - De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 3º - A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período. (Incluído pela Lei nº13.509, de 2017)

§ 4º - Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 5º - Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou pai indicado, deve ser manifestada na audiência a que se refere o § 1º do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 6º Na hipótese de não comparecerem à audiência nem o genitor nem representante da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda, a autoridade judiciária suspenderá o poder familiar da mãe, e a criança será colocada sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 7º - Os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 8º - Na hipótese de desistência pelos genitores - manifestada em audiência ou perante a equipe interprofissional - da entrega da criança após o nascimento, a criança será mantida com os genitores, e será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 9º - É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 10º - Serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento (Brasil, 2017).

O artigo referido acima, oferece a opção de entregar os bebês para adoção às mulheres (ou casais) que engravidaram de forma indesejada ou sem planejamento e não querem ter bebês a fim de proteger o direito das mulheres e principalmente das crianças.

Segundo Motta (2008), a entrega de uma criança é diferente de abandoná-la, especialmente quando é um ato protetivo:

Há certa tendência em encarar toda separação entre mãe e filho entregue em adoção como abandono e está se deve primordialmente aos valores socialmente estabelecidos segundo os quais a maternidade e a maternagem são naturais e, portanto, presentes em todas as mulheres. Diz o mito que a criança,

se a própria natureza for respeitada, deve ser criada pela mãe, caso contrário terá sido “abandonado”. [...] O conceito de abandono, por sua vez, vem normalmente acoplado ao de adoção e é comumente compreendido como enjeitar, não aceitar, recusar, desprezar, repudiar, repelir. Com a assunção desse princípio nos esquecemos de que muitas entregas são protetivas da criança e algumas se configuram em verdadeiro ato de amor da mãe pela criança. Temos que as próprias mulheres, criadas nessa mesma cultura, não conseguem se “autorizar a fazer a entrega de seu filho livres de culpa ou remorso. Para muitas, o temor do castigo, advindo do companheiro, da família, da sociedade de um modo geral é mais forte que o seu receio de deixar seu filho num banco de praça. Para outras, com condições psicológicas já precárias, “livrar-se ‘do filho anônima e rapidamente é a única alternativa possível (Motta, 2008, p. 251).

Conforme Alves (2017) em relação ao processo de entrega voluntária, é importante mencionar que a mulher pode expressar o desejo de doar seu filho, em hospitais, postos, integrantes do conselho tutelar ou rede de proteção à criança.

O sigilo é um direito, bem como o direito da mãe a solicitar voluntariamente que o poder familiar seja extinto, o direito de receber assistência psicológica, o direito de ser ouvida em audiência judicial e o direito à retratação da entrega. Portanto, refere-se a um instituto jurídico que garantir a vida e o bem-estar físico e psicológico das crianças e prevenir o aborto, o abandono e a adoção ilegal. Ressalte-se que os pais que entregam seus filhos para adoção ao Juizado da Infância e da Juventude não cometem crime por seus atos (Brasil, 1990).

Vale ressaltar artigo 48 mencionado no § 9º, protege o direito do adotado, que o mesmo conheça sua origem biológica e tenha acesso total ao processo onde as medidas foram aplicadas e a quaisquer incidentes que possam surgir após 18 (dezoito) anos.

De acordo com Alves (2017), após a manifestação, a mulher será conduzida à Vara da Infância e da Juventude para ser assistida por um técnico (psicólogo, assistente social ou psicólogo), que avaliará se ela realmente tem condições e está decidida, levando em consideração os efeitos da gravidez ou do parto. Onde será feito um relatório, após a conversa para ser entregue ao juiz.

Em seguida, a equipe deve propor os devidos encaminhamentos ao Sistema de Garantia de Direitos que entender adequados, incluindo o direito da gestante e da mãe à assistência psicológica no período pré-natal e pós-natal, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 8º, § 4º e § 5º. Após os estudos iniciais, precisará produzir um relatório circunstanciado e um parecer técnico. Esses documentos devem ser enviados ao Ministério Público e, caso necessário, à Defensoria Pública.

Em conformidade com o disposto no art. 19, caput, do ECA, os setores técnicos poderão solicitar ao Juízo da Infância e Juventude a oitiva dos familiares extensos para avaliar a possibilidade de a criança permanecer no seio da família se não houver resistência justificada da gestante. A preferência pelo acolhimento familiar em relação à possibilidade de pedido de guarda por parte de famílias extensas. Em outras palavras, se a adoção não for possível, a criança deve ser inserida em um âmbito extenso familiar, que é composta por parentes próximos como avós, tios e irmãos.

Em seguida, a gestante deve ser encaminhada imediatamente ao Juízo da Infância e Juventude após a confirmação do desejo de adoção. De acordo com o artigo 166 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a gestante deve declarar o desejo de adoção na presença do representante do Ministério Público. O consentimento da genitora precisa ser autorizado por um juiz.

Os setores técnicos do Juízo da Infância e Juventude devem informar a genitora sobre os direitos da entrega voluntária em seguida do nascimento do bebê ao manifestar seu desejo de entrega. Com a finalidade de encontrar pretendentes aptos para assumir a guarda da criança para adoção, ela será imediatamente inscrita no Cadastro de Crianças Aptas para Adoção (CNA).

De acordo com o artigo 258-B do ECA, se um médico, enfermeiro ou funcionário de programa oficial ou comunitário que garante o direito à convivência familiar não encaminhar a gestante imediatamente à autoridade de justiça, será punido com multa de R\$1.000,00 a R\$3.000,00. (BRASIL,1990). É importante enfatizar que a entrega voluntária, quando a mãe é mãe adolescente requer a aprovação dos pais. Na falta deles, a aprovação de um responsável legal (guardião, tutor ou curador nomeado pelo juiz) é necessária.

Para realizar essa entrega, é necessário seguir o processo de Destituída do Poder Familiar (PDF) de seus genitores. Uma DPF pode levar muito tempo, e quanto menor o tempo que uma criança fica nesse processo, mais fácil será para ela encontrar uma nova família no acolhimento.

No entanto, a criança é enviada apenas para um indivíduo ou casal previamente autorizado para adoção na Vara da Infância e Juventude. Esses indivíduos receberam documentos que comprovam sua idoneidade moral, participaram do curso de preparação e foram avaliados por psicólogas e assistentes e foram considerados aptos para assumir a responsabilidade de maternidade e paternidade.

Ao longo dos anos, a sociedade atribuiu às mulheres a responsabilidade de cuidar de seus filhos por causa de sua natureza amorosa e de cuidados que são considerados inerentes às mulheres. Via de regra, preconceito e julgamento permanecem com as mulheres que não correspondem a essa condição de cuidadora amorosa e fogem à norma.

Nesse contexto, Adentre (1985, p. 15 e 16) ressalta que uma mulher é destinada a ser mãe e, além disso, uma boa mãe. Qualquer desvio dessa norma é, por natureza, considerado uma exceção patológica. A mãe indiferente desafia a própria essência, sendo uma anormalidade por excelência. Em princípio, a lei natural não permite exceções. Mesmo se adotarmos o conceito de regra em vez de lei (universalidade), é inegável que existem demasiadas exceções à regra do amor materno, levando-nos a questionar a própria validade dessa regra.

No reino humano, o amor não é meramente uma norma; diversos fatores intervêm nele que fogem a essa norma. Ao contrário do reino animal, que está imerso na natureza e sujeito ao seu determinismo, os seres humanos, especialmente as mulheres, são seres históricos e únicos, dotados da capacidade de simbolizar, elevando-os acima do reino animal. Este ser movido pelo desejo é sempre singular e distinto de todos os outros.

Embora reconheça a audácia diante dos biólogos, acredito que o inconsciente da mulher exerce uma influência significativa sobre seus processos hormonais. Além disso, é sabido que a amamentação no seio e os choros de um recém-nascido não provocam nas mães as mesmas reações em todos os casos.

Vale ressaltar, que a entrega de uma criança não está necessariamente relacionada à incapacidade de maternagem; em vez disso, pode estar relacionado a questões concretas e objetivas que impedem a maternidade naquele momento. A estigmatização do amor materno e da maternidade tem um impacto significativo nas mulheres que dão vida a seus filhos. A sociedade a julga e condena automaticamente.

As mulheres que expressam seu desejo de doar seu bebê para adoção podem enfrentar uma variedade de circunstâncias, como a falta de um genitor ou o desinteresse deste na paternidade; uma quantidade excessiva de filhos; falta de apoio da família; condições financeiras precárias; violência sexual e outras circunstâncias que tornam indesejável a presença da criança porque causam sofrimento.

À ótica social, as causas maternas sempre serão frívolas frente ao ato praticado. As diversas causas do abandono, para Polcar (1997), necessitam que a realidade se imponha. A autora cita o desamparo e a miséria, acreditando que, geralmente, trata-se de situações dramáticas em que os pais biológicos não têm muitas oportunidades. Em face

da realidade da mãe abandonante, a qual se insere, muitas vezes, na parcela populacional submetida à exclusão, à miséria e à violência, essa mãe crê que o abandono é o melhor que ela pode estar fazendo por seus filhos (Freston; Freston, 1994; Weber, 1999 *Apud* Soejima; Weber, 2008, p. 178)

Como ressaltada o acima o perfil socioeconômico das mães que entregam seus filhos para adoção é de mulheres jovens, solteiras, com educação básica incompleta, que trabalham como domésticas ocasionalmente e não contam com o apoio da família ou do parceiro. A maioria dessas mães é excluída e abandonada pela sociedade e pelas políticas públicas.

Ao levar em consideração todos esses fatores, é essencial criar um ambiente familiar e comunitário seguro e saudável para crianças e adolescentes, permitindo-lhes o pleno exercício de seus direitos e protegendo-os. Para a criança crescer em um ambiente seguro e cheio de amor, acima de tudo tendo seus direitos garantidos.

2.2 ASPECTOS ÉTICOS DOS PROFISSIONAIS VINCULADOS A ENTREGA VOLUNTÁRIA.

O compromisso com o bem-estar da sociedade é parte da ética profissional. Os profissionais não devem agir apenas para o próprio benefício. Em vez disso, devem pensar em como suas ações afetam as comunidades em que trabalham. Isso significa fazer escolhas que levam em consideração o bem-estar geral.

Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas consequências do que faz e sente. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética (Chauí, 2000).

Os valores e as obrigações que compõem as condutas morais, compõem a ética. Esses são feitos pelo sujeito que tem moral, o principal componente da ética é a moral. A pessoa ética, só pode ser ética, se corresponder a uma das seguintes condições:

- Ser consciente de si e dos outros, isto é, ser capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a ele;
- Ser dotado de vontade, isto é, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a

consciência) e de capacidade para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis;

- Ser responsável, isto é, reconhecer-se como autor da ação, avaliar os efeitos e consequências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas consequências, respondendo por elas;

- Ser livre, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constriam a sentir, a querer e a fazer alguma coisa. A liberdade não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta (Chauí, 2000).

A ética profissional pode ser definida como ação moral, normatização de deveres e valores profissionais, código de ética profissional, teorização ética, filosofias e teorias que sustentam sua intervenção e reflexão, e ação ético-política. É importante lembrar que essas não são formas completas ou absolutas e que sua realização depende de várias circunstâncias, não se constituindo apenas na reprodução das intenções dos seus sujeitos.

Se a sociedade contemporânea aparenta permitir cada vez mais a expressão e o reconhecimento das diferenças e da diversidade como condição existencial do homem contemporâneo, ela é reduzida, muitas vezes, a um relativismo danoso, pois tende a uma “aglutinação cultural”, que fragmenta o sujeito, ou seja, o agente ético e político “como um ser racional e consciente que sabe o que faz, como um ser livre que decide e escolhe o que faz e como um ser responsável que responde pelo que faz” (Chauí, 1999, p. 5)

A moral profissional estuda a relação entre a ação profissional de um indivíduo (que surge de um comportamento prático específico que objetiva decisões, julgamentos e ações baseadas em valores morais), os sujeitos envolvidos na intervenção profissional (como clientes, colegas, etc.) e o produto da intervenção profissional (com base em responsabilidade profissional, valores e referenciais).

O Código de Ética é um conjunto de valores, princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções que orientam o comportamento dos profissionais. É usado para regular as relações éticas dos profissionais com na instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com outras entidades relacionadas à categoria profissional.

Assim, os valores do Código de Ética Profissional servem como guia para as escolhas, decisões, posicionamentos e julgamentos de valor que as pessoas fazem todos os dias. Mais do que isso, eles precisam se tornar eficazes na transformação da realidade em práticas sociais concretas, seja na forma de atendimento, necessidade atendida ou direito adquirido.

Justo e o injusto está carregada de positividade, e é através dela que os princípios universais da cidadania se singularizam no registro do conflito e do dissenso quanto à medida de igualdade e à regra de justiça que devem prevalecer nas relações sociais. Para além das garantias formais inscritas na lei, os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça (Telles, 1999, p. 04).

Como ressaltado anteriormente, os direitos sociais representam uma sociedade justa no discurso de cidadania. No entanto, a vida cotidiana revela a verdadeira face da situação em que as pessoas normalmente não têm os mesmos direitos. Isso significa que é necessário tomar medidas que visam garantir igualdade e justiça para todos.

É de conhecimento comum que a ética é um conjunto de padrões morais que existem no ambiente profissional. Como cada pessoa pode assumir valores quando fala sobre um determinado assunto, que não estão de acordo com os valores éticos, os sujeitos frequentemente violam essas regras. Por outro lado, o exercício de qualquer profissão requer o ato responsável. A ética diz que os profissionais devem ser moralmente responsáveis por suas decisões, independentemente de seu campo de trabalho.

O ponto alto da teoria do ato de Bakhtin, que engloba suas outras teorias, é por conseguinte a defesa da ideia de que a validade das decisões do sujeito (que são sempre éticas, inclusive apesar dele mesmo) depende não de abstrações, mas da articulação, junção, entre regras éticas (se assim se pode dizer) e as circunstâncias concretas da vida concreta, do processo situado de decisão, do agente: o sujeito, ao agir, deixa por assim dizer uma “assinatura” em seu ato e por isso tem de responsabilizar-se pessoalmente por seu ato e se responsabiliza por ele perante a coletividade de que faz parte - e, em última análise, perante a humanidade como um todo! (Sobral, 2010, p. 233).

O Estatuto da Criança e do Adolescente acorda que a mãe ou gestante dê à luz e entregue o bebê para adoção legalmente sem ser informada por sua família, nem pelo genitor ou potencial genitor. Além disso, é importante destacar que nenhum órgão da rede de proteção pode violar o sigilo dos dados do processo.

De acordo com Motta (2008), as pessoas que trabalham com mulheres que decidem colocar seus filhos para adotar, como médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, precisam estar preparadas para lidar com essas mulheres sem prejudicá-las ou desrespeitá-las. Assim, opiniões, críticas, comentários ou julgamentos podem atrapalhar a decisão da mulher de doar a criança. Os profissionais podem até mesmo tentar impedi-la de entregar.

Mostra-se que os profissionais devem permanecer neutros para evitar forçar a entrega da criança à adoção ou restringir o interesse da mãe pela criança. Assim, juízos de valor moral sobre o comportamento da mãe não facilitam o processo nem incentivam a mãe e a criança a se encaminharem juntas. É fundamental que os profissionais envolvidos no processo estejam preparados para lidar com essa questão e que estejam comprometidos com o bem-estar da mãe biológica e do bebê.

O Guia de Orientações (BRASIL, 2018) sugere que a mulher seja encaminhada a um local onde o número de pessoas com acesso às informações que ela forneceu seja limitado, permitindo um diálogo respeitoso e humanizado. Além disso, "quando solicitado, o sigilo sobre o nascimento e manifestação do interesse em entregar o filho à adoção".

De acordo com Carlos e Goulart (2014), o acolhimento no campo da assistência social é mais do que apenas um ato; é uma postura institucional que envolve todos os profissionais. Na direção da política pretendida, esta postura deve ser firme, forte, respeitosa e afetiva.

Com a base teórica da Teoria Biotecnológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), desenvolvida por Urie Bronfenbrenner (1979/1996, 2004), este estudo buscou entender como os profissionais tratam e conduzem casos de mães que decidem dar o filho para adoção, verificando se esses profissionais sabiam sobre as leis que protegem as mães que decidem dar o filho para adoção e seus filhos.

O trabalho de capacitação dos profissionais do SGDCA, é essencial para desmistificar a entrega e desconstruir o papel social da mulher em relação à maternidade. Além disso, é fundamental que os programas e projetos de entrega voluntária sejam divulgados na sociedade.

Recente uma atriz, teve seus direitos violados, o sigilo na entrega voluntária. A mesma relatou em sua rede social, que engravidou após um estupro e não tinha a capacidade mental de cuidar e zelar pela criança, colocou-a para adoção, seguindo todas as formalidades legais da entrega voluntária. Ocorre que não estava nos planos da atriz falar sobre este assunto tão delicado, pois conforme diz o “§9 o É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei” (Brasil, 1990, s/p).

Esse é o relato mais difícil da minha vida. Pensei que levaria essa dor e esse peso somente comigo. Sempre mantive a minha vida afetiva privada, assim, expô-la dessa maneira é algo que me apavora e remexe dores profundas e recentes. No entanto, não

posso silenciar ao ver pessoas conspirando e criando versões sobre uma violência repulsiva e de um trauma que sofri. Fui estuprada (Castanho, 2022).

Ocorreu que as informações sobre o parto que estavam em seu prontuário médico foram "vazadas" e, por cerca de duas horas, ficaram disponíveis online, revelando a data do parto, o sexo do bebê, o nome do hospital e a atriz. Após serem comunicadas aos jornalistas por um profissional de saúde que cuidava da jovem, essas informações foram divulgadas para o público sem a autorização da vítima. O hospital em que a mesma estava internada supervisionava a divulgação dessas informações (BBC News Brasil, 2022).

Vale ressaltar, que a mesma tinha o pleno direito de entregar a criança para adoção, sendo vítima de estupro ou não. Isso se deve ao fato de que todas as mulheres que não desejam ficar com o bebê têm pleno direito de adotar e ter um parto sigiloso. No entanto, nem todas as mulheres estão cientes desse direito.

A atriz afirmou que, ao contar ao médico sobre o estupro, não se sentiu acolhida e, além disso, sentiu culpa novamente. Além disso, afirmou que o motivo pelo qual não registrou um boletim de ocorrência era o mesmo: sentimentos de vergonha e culpa. Os profissionais que deveriam ter me protegido, aqueles que têm a obrigação legal de respeito ou sigilo da entrega não foram éticos, nem tiveram respeito por mim e nem pela criança (Castanho, 2022).

De acordo Venosa (2008), qualquer ação humana pode resultar em responsabilidade civil. Portanto, o agente que viola ou divulga informações confidenciais causa danos a outra pessoa e será responsabilizado, com base nos artigos 186, 187 e 927. Código Civil Brasileiro:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito;

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes;

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo (BRASIL, 2002, s/p).

No caso em questão, é inegável que a violação do sigilo indica insegurança e constrangimento sobre a entrega legal, é um meio de pouca exploração e é pouco conhecido pela sociedade. Além disso, as mães que desejam ajudar seus filhos são pessoas vulneráveis.

Portanto, o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (COREN-

SP) estão investigando a violação de sigilo profissional por parte de uma enfermeira que revelou os dados da atriz.

Além disso, Apesar de toda a aprovação legal, é evidente que há uma necessidade óbvia de punições rigorosas para evitar que casos desse tipo ocorram novamente. A vida das mulheres e dos filhos são importantes. Nestes casos, o sigilo é obrigatório. E, independentemente de quem seja, a vida privada nunca deve ser considerada um assunto público.

3 RESULTADO DA PESQUISA

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

O desenvolvimento do presente estudo, dispõe como método de pesquisa bibliográfica e de campo. Com o objetivo de coletar dados, informações, pesquisas informadas por outros profissionais da área e pesquisadores, para melhorar os resultados e a complexidade do estudo.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002).

A análise bibliográfica pode nos ajudar a entender melhor um estudo. Faz-nos pensar em cada situação examinada, seus benefícios e desvantagens, e nos ajuda a compreendê-la melhor. Conforme Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado como revistas, jornais, dissertações e anais de eventos científicos, tendo como principal vantagem o fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa de campo é um tipo de pesquisa em que além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, dados são coletados com pessoas.

Isso pode usar vários tipos de pesquisa, como pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante e assim por diante.

O objetivo principal dessa abordagem é obter informações detalhadas sobre um tema, fenômeno ou problema de pesquisa específico por meio da interação direta com o ambiente, pessoas ou objetos de estudo. Permite que os pesquisadores tenham uma perspectiva mais ampla e profunda sobre o objeto de estudo, o que pode servir de base para análise, interpretação e conclusões do estudo.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, e é usado para examinar um problema ou fenômeno de forma mais ampla e profunda, a fim de obter uma compreensão inicial e uma visão geral do tópico em questão. A pesquisa exploratória é de extrema importância para os pesquisadores para definir temas e formular hipóteses.

A pesquisa inicia-se pela fase exploratória, que consiste em uma caracterização do problema, do objeto, dos pressupostos, das teorias e do percurso metodológico. Não busca resolver de imediato o problema, mas caracterizá-lo a partir de uma visão geral, aproximativa do objeto pesquisado. Tal fase fez-se necessária por se tratar de “um tema pouco explorado, tornando-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis (Gil, 2000, p.43).

Foi realizada uma entrevista, com dois profissionais da Defensoria Pública, responsáveis pelo Projeto Cegonha. Onde cada profissional tem um papel fundamental nesse processo. Demonstra o um compromisso integral para lidar com os desafios complexos associados a este serviço essencial.

Como resultado, um levantamento de literatura foi usado durante todo o processo de elaboração deste estudo, com o objetivo de obter uma melhor compreensão e uma explicação da realidade estudada. Foram usados vários e especialistas em Serviço Social, Sociologia e Filosofia.

3.2 PROJETO CEGONHA

Em 2017, o Brasil aprovou a Lei nº 13.509 que altera a Lei da Criança e do Adolescente (ECA). Uma das principais mudanças é a inclusão do artigo 19-A que determina que: A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº13.509, de 2017).

Os direitos à vida, ao respeito e a convivência familiar de crianças e adolescentes são protegidos pela lei da entrega voluntária. Pois de acordo com a Constituição Federal, alterada pela Emenda Constitucional 65/2010, dispõe no art. 227.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

A Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE), em Juazeiro do Norte, em conjunto com a Vara da Infância e da Juventude, lançou o Projeto Cegonha – Mãe ciente, Adoção eficiente, com o objetivo de oferecer atendimento psicossocial e jurídico às mães durante a gravidez e até o nascimento.

O Projeto foi instituído, no ano de 2020, com base no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) pela Lei Federal nº 13.509/2017. As gestantes interessadas em adotar seus filhos devem ser instruídas sobre os direitos e deveres associados ao processo de adoção, bem como sobre os procedimentos necessários para concluir o processo. O Projeto atende gestantes de todas as idades, condições socioeconômicas e classes sociais.

O projeto foi idealizado pela Defensora Pública Nadinne Callou com o suporte também das Defensoras Aline Marinho e Mônica Alves. Conta também com a colaboração da Universidade Leão Sampaio (UNILEÃO) e a Faculdade Paraíso (FAP-CE), com alunos e professores das áreas de Direito, Psicologia e Serviço Social. A equipe dispõe de um número para ser acessado em casos que a mulher deseje entregar ou abortar a criança, que está disponível 24 horas por dia.

Deste modo, para a execução do projeto depende de duas etapas principais. A primeira, o foco é a educação em direitos e, em seguida, a capacitação da rede de saúde, social e de proteção à infância para que seus profissionais possam atender adequadamente às demandas de mulheres que não desejam continuar com seus filhos.

A defensora pública relata que, ainda que as mulheres tenham o direito da entrega voluntária, são vistas de forma negativa perante a sociedade. Apesar de estar estabelecida no Estatuto da Criança e do Adolescente desde 2017, a opção conhecida como entrega voluntária ainda enfrentava desafios na prática defensorial. Muitas mães, influenciadas principalmente pelo estigma e preconceito associados a esse ato, acabavam por entregar seus filhos de maneira clandestina e ilegal. Em alguns casos, chegavam até

mesmo a abandoná-los em locais desprotegidos. Isso ressaltava a necessidade de abordar não apenas a legislação vigente, mas também questões sociais que contribuíam para tais comportamentos, visando promover um ambiente mais compreensivo e acolhedor para as mães que consideravam essa opção.

O conceito de entrega voluntária ainda permanece amplamente desconhecido e pouco utilizado por mulheres. Além dos desafios comumente mencionados entre a população de baixa renda e vulnerável em relação ao sistema de justiça, para esse grupo feminino, observam-se barreiras adicionais derivadas de construções históricas e culturais associadas ao tema.

Os pobres, normalmente, estão “mais distantes” do sistema de justiça, o que deriva do fato de não possuírem conhecimento dos direitos dos quais são titulares, da dificuldade de reconhecerem um cunho jurídico nos problemas que se lhes descortinam, da desconfiança e da hesitação em recorrer ao judiciário em face de experiências anteriores malsucedidas e, por fim, do temor de represálias (Santos, 2010, p. 169-170)

No entanto, de acordo com Paes (2021), nota-se que essa inovação não conseguiu eliminar os diversos obstáculos que afetam principalmente os indivíduos de baixa renda em relação ao acesso ao sistema de justiça. O autor destaca que este é um fenômeno social complexo que se manifesta simultaneamente como causa e efeito da violação de direitos fundamentais.

Por outro lado, é incontestável que a utilização de métodos clandestinos de entrega gera insegurança durante o processo, ocultando do sistema de justiça e das redes de proteção à infância possíveis situações que representam ameaças aos direitos fundamentais das crianças que estão sendo entregues.

O papel da Defensoria Pública, nesse primeiro momento do Projeto Cegonha, é no contexto educativo, vem ao encontro das suas funções institucionais, incumbidas pela lei orgânica da carreira, em especial quanto à defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente bem como promoção da difusão e a conscientização dos direitos humanos.

Além disso, foi realizada capacitações com os profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), hospitais, maternidades e conselheiros tutelares.

O curso de capacitação visa fortalecer o diálogo intersetorial e mobilizar e coordenar o fluxo de atendimento às mulheres de interesse. Receberam capacitação sobre

acolhimento e cuidado de gestantes e mães que manifestaram interesse em entregar voluntariamente seus filhos. Tudo deve ser feito de maneira humana, respeitando o direito à procriação previsto na legislação brasileira, ao mesmo tempo em que proteger a vida e a saúde das crianças deve ser prioridade absoluta. Como dispõe o artigo 88, VIII e IX do Eca.

VIII - especialização e formação continuada dos profissionais que trabalham nas diferentes áreas da atenção à primeira infância, incluindo os conhecimentos sobre direitos da criança e sobre desenvolvimento infantil; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

IX - Formação profissional com abrangência dos diversos direitos da criança e do adolescente que favoreça a intersectorialidade no atendimento da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral (Brasil, 2016).

Foi desenvolvido um material educativo que inclui uma cartilha e um folder abordando o referido tema. Nesses recursos, a temática da maternidade indesejada e da entrega voluntária é apresentada de maneira clara, acessível e desprovida de estigmas, destacando a relevância da não discriminação e da promoção de um ambiente acolhedor.

Em um segundo momento, a Defensoria Pública colabora com instituições acadêmicas da região do Cariri do Ceará para atender e realizar o acompanhamento de mulheres grávidas e puérperas, que desejam entregar seu filho para doação. O projeto Cegonha permite que as mulheres, de forma legal e consciente, posam doar seu filho, sendo acompanhadas por uma equipe multidisciplinar, permitindo a integração da criança numa família qualificada.

Devido à situação gerada pela pandemia da Covid-19, as palestras presenciais foram suspensas por um período. Contudo, em colaboração com do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO) e o setor psicossocial da Defensoria Pública do Ceará (DPCE), organizou a primeira capacitação intersectorial do projeto cegonha.

Durante o evento, os presentes esclareceram questionamentos e foram instruídos sobre os propósitos do Projeto Cegonha, o encaminhamento da gestante interessada em realizar a entrega voluntária do bebê, os aspectos legais e os passos práticos a serem seguidos pelos profissionais envolvidos.

Segundo a defensora pública Nadinne Callou, é crucial mobilizar esforços para o projeto, pois há uma lacuna na aplicação da lei que possibilita a prática da entrega voluntária. “Na prática, percebi que essas mulheres terminavam não chegando ao Judiciário para efetivar essas entregas e fazer valer o seu direito. Propiciando muitas vezes

adoções à brasileira, adoções irregulares, comercialização de crianças, abortamentos, dentre outras situações que envolvem a maternidade indesejada”.

É importante ressaltar que se a motivação da entrega voluntária estiver relacionada estritamente a questões financeiras, o caso é encaminhado para o município para oferecer suporte, visando possibilitar que a mãe crie seu bebê.

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) registrou 1.238 entregas voluntárias em todo o país em 2021. Até maio deste ano, foram adotadas 484 crianças. Sendo a maioria das entregas, motivadas por dificuldades financeiras, desemprego, moradia, falta de apoio familiar. É, assim, a pobreza “pólo de atração de outras causas de vulnerabilidade”, como vaticina Magno (2015, p. 623).

A defensora Naddinne diz que, em março de 2021 ocorreu o primeiro caso de entrega voluntária, na qual a mulher buscou a assistência das equipes, onde foi acompanhada por meio de visitas domiciliares e escuta especializada. “Desde o início dos trabalhos do Projeto Cegonha foram realizados vários atendimentos, porém somente um caso resultou na efetivação da entrega voluntária. Nos demais, houve desistência, após as mães receberem o suporte psicossocial e jurídico disponibilizado pelo projeto”, conclui a defensora.

O objetivo do Projeto Cegonha, de acordo com a psicóloga Aparecida Leandro, não é incentivar a adoção, e sim respeitar a decisão. “O principal objetivo é acolher, orientar e acompanhar a gestante que, por si mesma, deseja realizar esse ato, pois elas chegam muito fragilizadas, mas adquirem confiança e passam a se sentir seguras com o todo o suporte e acompanhamento dado pela equipe. Muitas delas podem voltar atrás e decidir ficar com o filho, assim, insistimos em ressaltar que é sempre uma decisão da mulher”, explica.

O processo de entrega começa com a identificação das mulheres que desejam entregar a criança. Os profissionais devem ter de ser sempre ética, confidencialidade e responsabilidade. Na qual a mesma preenche um termo de encaminhamento para o projeto. As mulheres serão monitoradas durante toda a gravidez. Após todo o acompanhamento, os profissionais dá um parecer, se a mulher deseja continuar com a entrega ou se a mesma mudou de opinião.

Vale ressaltar que após o parto, as mulheres recebem apoio psicossocial, podendo até sua ideia. E mesmo depois de ocorrido a entrega, os pais tem um prazo de 10 dias para arrependimento, conforme o artigo 166, § 5º, do ECA:

§ 5 O consentimento é retratável até a data da realização da audiência especificada no § 1 o deste artigo, e os pais podem exercer o arrependimento no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de prolação da sentença de extinção do poder familiar (Brasil, 2017).

No encaminhamento para a nova família adotiva, será considerada a ordem de registro no cadastro nacional de adoção, priorizando a sequência temporal dos interessados, assegurando a segurança e eficiência no processo de adoção. Para que a criança possa crescer em um lugar acolhedor e seguro.

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral (Brasil, 2016).

Durante o período de dois anos do projeto, foram conduzidos diversos atendimentos, no total de 11 casos concretos, contudo, somente uma situação resultou em entrega voluntária. Nas outras ocorrências, houve desistência por parte dos envolvidos, após eles terem acesso ao suporte psicossocial e jurídico oferecido pelo projeto.

O Projeto Cegonha é um notável esforço no suporte às gestantes e recém-nascidos, oferecendo uma assistência ampla e diversificada. Sua priorização, desde o pré-natal até os cuidados pós-parto, demonstra um compromisso essencial para garantir um início saudável para essas novas vidas.

Contudo, desafios, como as diferentes situações enfrentadas pelas gestantes, implicações legais e a necessidade de se adaptar a mudanças na sociedade, demandam uma abordagem flexível e em constante evolução do projeto. A avaliação regular e melhorias contínuas são fundamentais para assegurar que o Projeto Cegonha prossiga oferecendo o apoio essencial, promovendo a efetivação de direitos das mulheres e dos bebês.

3.3 PESQUISA ENTREVISTA COM OS PROFISSIONAIS SOBRE O TRABALHO INTERDISCIPLINAR DO PROJETO CEGONHA.

As entrevistas com a equipe multidisciplinar do Projeto Cegonha é uma ferramenta importante para garantir a qualidade do atendimento prestado às mulheres participantes do projeto. A equipe multidisciplinar é composta pela defensoria pública, assistentes sociais e psicólogos.

A entrevista é uma arte e uma ciência. É uma arte porque requer sensibilidade e empatia para ouvir o que os participantes têm a dizer. É uma ciência porque requer planejamento e preparação para obter informações precisas (Minayo, 2012).

Foi realizada uma entrevista com dois profissionais da Defensoria Pública, que colaboraram com algumas informações, respondendo um questionário que foi desenvolvido com 10 perguntas. O trabalho desses profissionais é essencial para garantir o atendimento integral e de qualidade às mulheres participantes do projeto.

Quais são os principais desafios enfrentados pelas gestantes assistidas pela Defensoria Pública em relação ao acesso ao Projeto Cegonha?

Muitos são os desafios para as gestantes que são atendidas pelo Projeto Cegonha, o principal dentre eles é o medo de sofrer algum tipo de punição ou repreensão social, por não terem conhecimento dos seus Direitos. Entretanto, é um direito assegurado à mulher em tais condições entregar a criança de forma sigilosa, segura e sem qualquer punição do sistema de justiça. (Profissional 01).

É importante ressaltar que a mulher tem o direito de entregar seu filho de forma sigilosa, segura e sem qualquer punição do sistema de justiça. Esse direito está previsto na Lei 13.509/2017. Ainda assim, muitas mulheres não têm conhecimento desse direito, o que contribui para o medo e a insegurança. É fundamental que as equipes do Projeto Cegonha orientem as gestantes sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis para apoiá-las.

Existe algum feedback das gestantes atendidas sobre a qualidade dos serviços oferecidos pelo Projeto Cegonha? Se sim, quais são os principais pontos levantados?

Sim. Acompanhamento psicológico e encaminhamento para a rede socioassistencial, caso ela ainda manifeste interesse em dar continuidade no processo e aos nossos atendimentos (Profissional 02).

O acompanhamento psicológico e o encaminhamento para a rede socioassistencial são serviços essenciais para garantir que as gestantes que estão pensando em entregar seu filho tenham o apoio necessário para tomar uma decisão informada e segura.

Quais são as principais demandas das gestantes que procuram assistência da Defensoria Pública em relação aos serviços do Projeto Cegonha?

Quando elas comparecem para atendimento na Defensoria Pública em busca de orientação pela entrega voluntária do seu filho (a) para adoção, através do Projeto Cegonha, relatam sobre a difícil condição financeira, gravidez não planejada, não receber apoio do pai da criança e nem dos seus familiares. (Profissional 01).

Esses são os principais motivais, que levam as mulheres a entregar seus filhos. A difícil condição financeira enfrentada pelas gestantes que estão pensando em entregar seu filho. Essa dificuldade pode dificultar o acesso a serviços básicos, como alimentação, moradia e saúde.

A Defensoria Pública percebe alguma deficiência na cobertura dos serviços oferecidos pelo Projeto Cegonha?

Não (Profissional 02).

A constatação de que a Defensoria Pública não percebe deficiências na cobertura dos serviços oferecidos pelo Projeto Cegonha é um sinal de que o projeto está cumprindo sua missão, atendendo efetivamente às necessidades das gestantes.

Há algum aspecto do Projeto Cegonha que a Defensoria Pública considera fundamental e que merece destaque?

Sim. As capacitações realizadas com profissionais dos Equipamentos da Rede, como CRAS, CREAS, CAPS, PSFs, Hospitais e Maternidades e Conselhos Tutelares, para que possam acolher e encaminhar as gestantes e mães que manifestem o interesse de realizar a entrega voluntária da criança, tudo de forma humanizada, ética e sigilosa (Profissional 01).

A ênfase dada às capacitações realizadas com profissionais da rede socioassistencial destaca a importância de uma rede colaborativa bem informada e sensível da entrega voluntária, contribuindo para uma abordagem humanizada, ética e sigilosa.

Como a Defensoria Pública avalia a integração entre os serviços do Projeto Cegonha e a assistência jurídica oferecida às gestantes?

Acontece tudo de forma humanizada e respeitando o direito à entrega previsto na nossa legislação, considerando a prioridade absoluta que deve ser a proteção à vida e saúde dessas crianças (Profissional 02).

Além da integração entre os serviços do Projeto Cegonha e a assistência jurídica oferecida às gestantes, é importante que sejam desenvolvidas ações de conscientização sobre os direitos das gestantes e das crianças. Essas ações devem ser realizadas com a população em geral, mas também com os profissionais que atuam na Rede Cegonha.

Quais são os principais obstáculos enfrentados pelas gestantes participantes do projeto cegonha?

Situação financeira, baixa escolaridade e falta de estrutura familiar (Profissional 01).

Os obstáculos enfrentados pelas gestantes participantes do Projeto Cegonha, como situação financeira precária, baixa escolaridade e falta de estrutura familiar, relatam a complexidade dessas situações e a necessidade de intervenções abrangentes que vão além do aspecto jurídico.

Como a Defensoria Pública avalia a estrutura atual do Projeto Cegonha em termos de sua implementação e efetividade?

A Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCE), em Juazeiro do Norte, em parceria com a Vara da Infância e da Juventude, criou, em 2020, o projeto Cegonha – Mãe ciente, Adoção eficiente, com o objetivo de acolher e proporcionar acompanhamento psicossocial e jurídico às gestantes desde o momento em que elas procuram o Projeto onde recebem o primeiro atendimento, até o nascimento da criança (Aparecida)

Reflete o compromisso contínuo em adaptar e aprimorar os serviços para melhor atender às necessidades em constante evolução das gestantes.

Quais foram os principais desafios enfrentados durante a implementação do projeto?

Conscientizar as gestantes e mães que tiveram uma gravidez indesejada e que não almejavam permanecer com seus filhos (as), que poderiam realizar de forma legal e assim, evitar que gestantes e mães realizassem de forma clandestina e ilegal seus filhos para adoção, e diminuir o abandono de crianças recém-nascidas na cidade de Juazeiro do Norte-CE. (Profissional 02)

A conscientização é fundamental, pois muitas desconhecem, ilustram a importância de esforços contínuos de educação e sensibilização na comunidade.

Como a Defensoria Pública investe na capacitação e desenvolvimento profissional da equipe envolvida no Projeto Cegonha?

Todo suporte jurídico e na elaboração do material que necessitamos para divulgação do Projeto, como folders, cartilhas e divulgação nos canais de comunicação (Profissional 01).

Esse suporte é fundamental para garantir que o Projeto Cegonha seja de forma legal e sigilosa, respeitando os direitos das gestantes e mães., demonstra um compromisso integral em garantir que a equipe esteja bem preparada realizado para lidar com os desafios complexos associados a este serviço essencial.

Em síntese, esta entrevista revela não apenas desafios, mas também conquistas e lições valiosas na jornada do Projeto Cegonha. O reconhecimento das necessidades sociais, emocionais e legais das gestantes é crucial para fornecer um suporte verdadeiramente abrangente e humanizado, garantindo que as mulheres envolvidas recebam o cuidado necessário em todas as fases dessa jornada delicada.

É essencial para compreender a complexidade e a interconexão das diferentes funções desempenhadas pelos membros da equipe. Isso permite uma visão mais abrangente dos desafios e das necessidades enfrentadas pelos profissionais envolvidos no projeto.

Além disso, a entrevista proporciona um espaço para explorar as sinergias entre a equipe multidisciplinar, promovendo uma compreensão mais profunda das contribuições individuais e coletivas para o objetivo geral do Projeto Cegonha.

Com tudo, permite uma compreensão mais profunda das necessidades específicas das gestantes e das famílias atendidas pelo Projeto Cegonha. Ao envolver

profissionais de diferentes áreas, é possível adotar uma abordagem mais abrangente que leve em consideração todos os aspectos psicossociais, culturais e econômicos.

Ao compreender melhor as responsabilidades e os desafios enfrentados pela equipe, a equipe pode trabalhar de maneira mais integrada, aproveitando as habilidades complementares de cada membro. Isso não apenas otimiza a eficiência operacional, mas também fortalece o compromisso compartilhado com os objetivos do Projeto Cegonha.

A interdisciplinaridade no Projeto Cegonha começa pela compreensão compartilhada dos objetivos do programa. Cada profissional traz uma perspectiva única para a mesa, considerando tanto os aspectos físicos quanto os emocionais. A integração dessas perspectivas permite uma visão mais abrangente das necessidades das mulheres atendidas.

A interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração de um projeto de pesquisa (Japiassú, 1976).

A troca contínua de informações entre os membros da equipe interdisciplinar é essencial para garantir uma abordagem coordenada e eficiente. Reuniões regulares, discussões de casos e colaborações diretas permitem que os profissionais compartilhem conhecimentos, aprendam uns com os outros e ajustem suas estratégias de intervenção de acordo com as necessidades específicas das mulheres atendidas.

Além disso, a interdisciplinaridade no Projeto Cegonha favorece a prevenção e a identificação precoce de possíveis complicações, a equipe pode criar um ambiente de apoio mais completo e empático. Isso é fundamental para fortalecer o vínculo entre os profissionais e as mulheres participantes do projeto.

Essa compreensão não apenas enriquece a qualidade do atendimento, mas também propaga uma visão integral em sua totalidade. Assim, a promoção da interdisciplinaridade no Projeto Cegonha não é apenas uma estratégia, mas um conjunto que torna esse processo, acolhedor, empático, sigilo. Onde cada profissional tem um papel fundamental nesse processo. Esse enfoque integral não apenas fortalece a relação entre a e as gestantes, mas também contribui para uma vivência mais positiva e apoiadora durante a gravidez e o parto.

Ao ouvir suas experiências e perspectivas, fica claro como a abordagem integral do Projeto Cegonha vai além das barreiras tradicionais, atingindo as complexidades únicas enfrentadas pelas gestantes. Cada desafio é encarado com empatia, compreensão e um comprometimento admirável em promover uma entrega voluntária segura e amparada pelos direitos e cuidados necessários.

À medida que esses profissionais continuam a moldar o Projeto Cegonha, é evidente que estão não apenas fornecendo serviços essenciais, mas também contribuindo para uma mudança significativa na narrativa da maternidade. Que suas experiências e esforços inspiradores sirvam como um exemplo para outros.

É notável dedicação de cada profissional que compõe essa equipe. O Projeto Cegonha não é apenas uma iniciativa, mas um farol de esperança para as gestantes, oferecendo um caminho iluminado por cuidados compassivos, informações esclarecedoras e apoio sólido em cada etapa dessa jornada delicada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho exposto, emerge a compreensão clara e profunda da relevância do trabalho interdisciplinar no atendimento às mulheres participantes do Projeto Cegonha. A trajetória de pesquisa nos conduziu por uma jornada de análise minuciosa, revelando não apenas a complexidade das necessidades das gestantes, mas também a eficácia de abordagens colaborativas e integradas.

O Projeto Cegonha é um notável esforço no suporte às gestantes e recém-nascidos, oferecendo uma assistência ampla e diversificada. Sua priorização, desde o pré-natal até os cuidados pós-parto, demonstra um compromisso essencial para garantir um início saudável para essas novas vidas.

Diante do que foi pesquisado constatou que o objetivo geral foi atendido, a análise aprofundada proporcionou informações valiosos sobre a importância e eficácia da abordagem interdisciplinar nesse contexto específico. Ao longo da pesquisa, conseguimos não apenas identificar os desafios enfrentados pelas gestantes, mas também evidenciar como a colaboração da equipe multidisciplinar é essencial para proporcionar uma assistência abrangente e sensível.

No desenvolvimento dos objetivos específicos, inicialmente tem por base investigar as garantias e direitos da criança no processo histórico brasileiro, discutir sobre entrega voluntária e apresentar o projeto cegonha. Cada objetivo desempenha um papel fundamental na construção de uma compreensão mais profunda e informada.

O primeiro objetivo específico concentra-se em investigar as garantias e direitos da criança ao longo do processo histórico brasileiro. Essa investigação é essencial para contextualizar as mudanças, avanços e desafios enfrentados no desenvolvimento das políticas e leis que visam proteger e assegurar os direitos das crianças. Ao explorar a

evolução histórica dessas garantias, é possível identificar lacunas e áreas que demandam atenção especial.

O segundo objetivo específico visa discutir sobre a entrega voluntária. Este tópico requer uma análise crítica das motivações, implicações e desafios associados à decisão de mães em entregar voluntariamente seus filhos para adoção. A discussão abrangerá não apenas os aspectos legais, mas também os sociais, psicológicos e éticos envolvidos nesse processo delicado, fornecendo uma visão abrangente das complexidades associadas à entrega voluntária.

O terceiro objetivo específico centra-se em apresentar o Projeto Cegonha. Esta parte da pesquisa visa oferecer uma visão detalhada e informativa sobre o projeto, abordando seus objetivos, estratégias, e como ele se encaixa no cenário mais amplo. Esses objetivos específicos visam criar uma base sólida de conhecimento, proporcionando uma compreensão.

Ao refletir sobre os resultados obtidos, torna-se evidente que a interdisciplinaridade não é apenas uma estratégia, mas uma necessidade intrínseca ao contexto do Projeto Cegonha. A interação entre profissionais de diferentes áreas proporciona um ambiente de cuidado que vai além da esfera clínica, abraçando as dimensões emocionais, sociais e legais associadas à gestação e ao parto.

A análise das capacitações proporcionadas aos profissionais envolvidos no Projeto Cegonha destaca a importância contínua do investimento na formação desses profissionais. As capacitações realizadas no Projeto Cegonha mostram que o conhecimento interdisciplinar não só fortalece a equipe, mas se traduz diretamente em benefícios tangíveis para as mulheres assistidas, garantindo um atendimento mais abrangente e sensível às suas necessidades individuais.

As descobertas apresentadas reforçam que o Projeto Cegonha, ao adotar uma abordagem interdisciplinar, não apenas atende às demandas imediatas das gestantes, mas também estabelece um paradigma de assistência integral que respeita e considera a totalidade das experiências das mulheres envolvidas.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- BADINTER, E. **O mito da maternidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BESSA, B. **Poesia que transforma**. In: Poesia que transforma. São Paulo: Editora Planeta, 2018. p. 13-14.
- BRASIL. **Constituição Federal Do Brasil**. Brasília - Diário Oficial Da União, 1988.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- BRASIL. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o consentimento dos pais ou do responsável para a adoção, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de novembro de 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.509, De 22 De Novembro De 2017**. Dispõe Sobre Entrega Legal Voluntária, Brasília: Diário Oficial Da União, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113509.htm. Acesso em: 3 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de junho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília, Diário Oficial Da União, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm#art266. Acesso em: 3 out. 2022.
- CHAUÍ, M. de S. **Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2019. 520 p.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. p. 32.

BÍBLIA, A. T. **Genesis 21:8-23**. In: Bíblia Sagrada. Tradução de Luiz. Edição Pastoral. São Paulo - SP: Paulus, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 393 p.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LIMA, R. M. de; POLI, L. M.; JOSÉ, F. S. A Evolução Histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. **Rev. Bras. Polít. Públicas (Online)**, v. 7, n. 2, p. 313-329, 2017.

MARCILIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil**. In: FREITAS, M. C. de (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, USF, p. 51-76, 1997.

MARCÍLIO, M. L. **A invenção da infância: uma história cultural da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOTTA, G. Adoção e abandono: a construção social de um mito. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 249-258, 2008.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PILOTTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 1995.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, p. 169-170, 2010.

SOBRAL, J. L. **Bakhtin: ética e política**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 233.

TAILLE, Y. L. **Moral e Ética: Dimensões Intelectuais e Afetivas**. Editora Artmed, 2007.

TEIXEIRA, P. A. S. **O acolhimento necessário à mulher que deseja entregar seu filho para adoção**. In: FIGUEIREDO, L. C. de B.; NERY, C. M.; TEIXEIRA, P. A. S.

(org.). *Acolhendo mulheres: a entrega de crianças para adoção em Pernambuco*. Recife: TJPE, 2017.

TELLES, J. **A dialética da cidadania: teoria social e crítica da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 4.